

ARTIGO

Uma janela lusitana para o futuro: a revolução portuguesa no *Jornal do Brasil* (1974-1976)

A Lusitanian Window to the Future: The Portuguese Revolution in Jornal do Brasil (1974-1976)

Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, SC, Brasil

RESUMO: Este artigo resulta de uma investigação sobre a abordagem que o *Jornal do Brasil* construiu sobre processo revolucionário em Portugal entre 1974 e 1976. Busca-se demonstrar que o contexto português a partir da chamada Revolução dos Cravos foi acionado com vistas a elaborar projeções nas quais o país ibérico apareceu como um vislumbre de cenários de futuros para o Brasil. São exploradas três dimensões identificadas na documentação: a superação do regime salazarista por meio de uma ação militar foi tomada como um caminho possível para uma transição de regime; posteriormente, com a radicalização revolucionária em Portugal, há a rejeição a saídas que envolvessem rupturas e a possível hegemonia das esquerdas; enfim, uma transição política pactuada, conduzida por militares e civis, sob valores ocidentais, seria o cenário desejável para os países dois lados do Atlântico.

PALAVRAS-CHAVE: projetos políticos; imprensa; revolução; transição; Portugal e Brasil.

*E-mail: reilohn@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7902-2733>

ABSTRACT: This article results from an investigation into the approach that *Jornal do Brasil* built on the revolutionary process in Portugal between 1974 and 1976. It seeks to demonstrate that the Portuguese context from the so-called Carnation Revolution was activated with a view to elaborating projections in which the Iberian country appeared as a glimpse of future scenarios for Brazil. Three dimensions identified in the documentation are explored: overcoming the Salazar regime through military action was taken as a possible path towards a regime transition; subsequently, with the revolutionary radicalization in Portugal, there is a rejection of solutions that involved ruptures and the possible hegemony of the left; Finally, an agreed political transition, led by military and civilians, under Western values, would be the desirable scenario for countries on both sides of the Atlantic.

KEYWORDS: political projects; press; revolution; transition; Portugal and Brazil.

Introdução

O Movimento das Forças Armadas (MFA) de Portugal desencadeou um processo político e social a 25 de Abril de 1974 que, nos meses seguintes, mostrar-se-ia muito mais complexo do que as análises e interpretações imediatas elaboradas do outro lado do Oceano Atlântico, no maior país da chamada comunidade lusófona. Aquela que ficou conhecida como a Revolução dos Cravos pôs fim a um dos mais longevos regimes autoritários então vigentes no Ocidente, mas suas implicações não pararam por aí. O que se apresentou inicialmente como mais um golpe militar, logo estendeu-se para um processo revolucionário e terminou por construir uma transição política. Há um elemento distintivo daquele processo histórico que estimula a presente discussão: entre o golpe, uma revolução interrompida e uma transição moderada, a revolução portuguesa apresentou-se entre 1974 e 1976 como uma janela para futuros possíveis e um nó de conexões políticas internacionais ao estimular debates que extrapolavam aquele país, particularmente fornecendo cenários possíveis para o processo político brasileiro.

Pretende-se aqui explorar como as leituras produzidas por um periódico brasileiro acerca dos desdobramentos da Revolução dos Cravos tomavam o contexto português como um vislumbre de possibilidades e alternativas, nem sempre desejadas, relativas às opções em voga no Brasil em meio à Ditadura Militar (1964-1985). Portugal e Brasil atravessaram em meados da década de 1970 processos de transição diferentes, mas que por isso mesmo sugeriam possibilidades e projetos políticos conflitantes em torno de temas como democracia, direitos humanos e liberdade de expressão e informação.

Isso quer dizer que, ao tratar de Portugal, de certa forma, estavam em debate também os limites de uma ainda tênue transição política no Brasil. Para tanto, serão apresentados aqui os resultados de uma investigação que coletou editoriais, colunas e matérias assinadas publicados no *Jornal do Brasil*, então importante matutino do Rio de Janeiro, entre 1974 e 1976. As abordagens do periódico influenciavam o debate público brasileiro, embora este estivesse manietado pelas restrições impostas pela Ditadura Militar. O jornal circulava com grande amplitude entre diferentes setores políticos brasileiros, tendo aumentado seu prestígio em um ambiente de concentração do mercado jornalístico. Contava com centenas de jornalistas, sucursais em diferentes cidades, correspondentes internacionais e tiragens diárias superiores a uma centena de milhares de exemplares (Ribeiro, 2016, p. 357).

Pode-se apontar ao menos três perspectivas que o cenário português inspirou na cobertura do *Jornal do Brasil*. Inicialmente, a superação do regime salazarista por meio de uma ação conduzida por militares, que permitiu a ascensão ao poder do general António de Spínola, foi saudada com entusiasmo, o que de certa maneira sugeria um caminho possível para a distensão anunciada no Brasil por outro general, Ernesto Geisel, que assumia o comando da Ditadura Militar naquele mesmo ano de 1974.

Um segundo momento abre-se com o aprofundamento do processo revolucionário português, quando aparecem nítidas as apreensões sobre eventuais consequências de uma tomada do poder pela esquerda, perspectiva que se considerava inaceitável. Por fim, uma transição política pactuada, conduzida por militares e civis, sob os auspícios das potências ocidentais, abriu uma perspectiva que de certa forma apontava um futuro considerado desejável.

Por meio da revolução portuguesa é possível delinear cenários de futuro que influenciavam a construção de projetos políticos no Brasil. Não são etapas lineares e sucessivas, tendo permanecido como possibilidades abertas e conflitantes em um campo de discussões transnacional. Conforme Martinho (2019), os textos publicados no *Jornal do Brasil* em plena Ditadura Militar e ainda no período anterior à derrubada do salazarismo pareciam “falar da democracia por vias indiretas”, tendo por referência o regime autoritário português como uma conexão para tratar das contradições políticas brasileiras. Por outro lado, os indícios coletados para a escrita deste artigo dão conta que, especialmente ao longo de 1975, quando se acentuou o processo revolucionário português, a abordagem do jornal desenhou um quadro diferente: fez uso de Portugal como um alerta sobre os possíveis riscos futuros da radicalização democrática e da ascensão das esquerdas ao fim de um regime autoritário. De signo de um passado autoritário, Portugal passou a sinalizar um futuro indesejável, caso as esquerdas tivessem protagonismo, ou apontaria para uma transição moderada, sob os auspícios de um modelo democrático ocidental.

A documentação a partir da qual foi elaborado o presente estudo foi obtida na coleção do periódico disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, consistindo na coleta de textos ao longo do período mencionado, compreendendo cerca de 700 edições entre 1974 e 1976. Foram considerados pertinentes para o objeto um conjunto de 150 textos. Dentre estes, foram selecionados os artigos assinados, entrevistas, editoriais e colunas explorados neste artigo.

No contexto do 25 de Abril de 1974 e dos desdobramentos que se seguiram em Portugal, a linha editorial do *Jornal do Brasil* era dirigida pelo jornalista Walter Fontoura. O comando editorial tinha ainda Luiz Alberto Bahia como editor de opinião, e Luís Orlando Carneiro, chefe de redação. Um português chamado Joaquim Maria, com posições conservadoras, atuou como um dos editorialistas no período. De sua parte, Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro e seu genro Manuel Francisco do Nascimento Brito, proprietários do jornal, evitavam atritos com o regime autoritário brasileiro (Ribeiro, 2016, p. 358-360).

Os textos dos editoriais do *Jornal do Brasil*, bem como os elaborados por Carlos Castello Branco, as entrevistas de Carlos Lacerda e as matérias de enviados especiais como José Silveira, Maria Teresa Siqueira, Araújo Netto, Arcelina Helena e, especialmente, de Walder de Góes, dão conta do interesse despertado pelo processo político português por suas conexões com as questões que envolviam a sociedade brasileira em meio a projeções de distensão política de meados da década de 1970. Portugal abriu-se como uma janela para o futuro do Brasil.

O futuro pelas lentes de um golpista

Carlos Lacerda foi um interlocutor indispensável para a abordagem construída pelo matutino carioca nos primeiros meses da revolução portuguesa. Sabe-se que Lacerda, ex-governador do Estado da Guanabara, havia se notabilizado por sua capacidade de articulação política quando de sua atuação na União Democrática Nacional (UDN), partido conservador, mas também pelas ações golpistas. Alimentava ainda relações com setores políticos portugueses, país em que viveu por um período em 1956 (Lacerda, 1978, p. 175). Colaborou intensamente nas conspirações que envolveram o golpe militar de 1964 e a imposição da Ditadura no Brasil, tendo posteriormente criado atritos com regime autoritário quando viu tolhidas suas possibilidades para chegar à Presidência da República. Suas

inectivas contra a cúpula militar e a aproximação com chamada Frente Ampla levaram-no a perder seus direitos políticos. Portanto, desde há alguns anos tinha interesse em formar relações que pudessem se desdobrar em alguma forma de superação do regime autoritário, pelo menos na forma como este se apresentava então (Chaloub, 2018).

Por meio de uma editora fundada por Lacerda em 1965, a Nova Fronteira, foi publicado no Brasil poucos dias antes do 25 de Abril de 1974 o livro *Portugal e o Futuro*, de autoria do general português António de Spínola. O livro chamava a atenção por propor uma projeção de futuro em torno do país ibérico. Seu autor pretendia “estabelecer uma certa correspondência entre os fatos passados e futuros”, buscando uma “linha de sequência que se traduz na evidência de o futuro ser história no amanhã” (Spínola, 1974, p. 136). Ao longo de algumas semanas o *Jornal do Brasil* demonstrou interesse pelo livro, que recebeu grande destaque editorial. Nitidamente associada à divulgação da obra no Brasil estava a figura de Carlos Lacerda, apresentado como mais do que um editor, talvez um inspirador. Algumas notas publicadas no periódico sugeriam que Lacerda teria participado diretamente da escrita do livro: “sejam quantas foram as mãos que colaboraram na redação, duas eram do ex-governador carioca”.¹

A visão de Carlos Lacerda sobre os acontecimentos em Portugal delimitava os alcances de uma mudança naquele país a um novo tipo de relacionamento com suas até então colônias. Na esteira das ideias expostas em *Portugal e o Futuro*, Lacerda defendeu no prefácio que acompanhou a edição brasileira que, caso quisesse “vender seus produtos às nações africanas”, caberia ao Brasil ser fiel à ideia de uma “comunidade luso-afro-brasileira”. Ao defender uma “confederação dos povos de fala portuguesa”, o general português facilitou a apropriação de seu livro entre os setores sociais que vislumbravam em tais projeções e conexões transatlânticas uma visão em comum (Lacerda, 1974). Esse projeto de futuro evocava formulações construídas por outro influente intelectual brasileiro do século XX, Gilberto Freyre, filiado ao mesmo partido político de Carlos Lacerda. Em diferentes momentos o sociólogo pernambucano esboçou uma perspectiva referida à existência do que denominou de “lusotropicalismo”, defendendo uma suposta maleabilidade do colonialismo português (Schneider, 2012).

O jornalista Carlos Castello Branco, em sua prestigiada “Coluna do Castello”, reproduziu essa visão. Conhecido como Castelinho, mantinha contatos com as altas cúpulas da ditadura e poderia ser caracterizado por seu “vago udenismo” (Grinberg, 2014), com posições políticas próximas, portanto, às de Carlos Lacerda. As propostas de Spínola mereceriam destaque por se contraporem à “política do governo português em matéria de colônias”. O general defendia a criação de uma “federação de estados englobando Portugal, Angola, Moçambique e Guiné [Guiné-Bissau]”. Além disso, seria possível esboçar a partir daí uma espécie de “comunidade luso-brasileira”, na qual o Brasil teria papel destacado.²

Quando do movimento que derrubou o Estado Novo, então comandado por Marcelo Caetano, em 25 de abril de 1974, as interpretações apresentadas pelo *Jornal do Brasil* reverberavam, portanto, um recorte da realidade fortemente inspirado pela recepção no Brasil do livro de Spínola e da influência de seu editor e promotor local, Carlos Lacerda. Para o colunista Carlos Castello Branco, o MFA – Movimento das Forças Armadas – apontava para a construção da “comunidade multinacional” esboçada por Spínola.³ Carlos Lacerda forneceu os elementos julgados necessários para a compreensão do que se passava do outro lado do Atlântico. O general português seria o personagem principal de um processo que tinha por fim “democratizar Portugal”.⁴

A chamada imprensa liberal procurava enquadrar o futuro português em seus termos. Para Carlos Castello Branco, o fim da censura à imprensa em Portugal demonstrava que algo da mesma dimensão poderia ser alcançado com facilidade: “apenas se deixa de fazer alguma coisa sem que nada de grave ocorra no país a não ser a reconquista de uma prerrogativa do cidadão”. As crescentes “restrições” à liberdade de imprensa impostas no Brasil desde 1964 poderiam ser, portanto, superadas sem traumas.⁵ Imaginava que tal como ocorria em Portugal, um processo de abertura e democratização poderia ser

comandado pelos próprios militares. Assim, à primeira vista, a revolução portuguesa foi apropriada como a confirmação das projeções em torno de soluções gradualistas e conciliatórias para a superação do regime autoritário no Brasil. O sentido das palavras “liberal” e “democrata” estaria sendo devolvido aos portugueses: “o sentido e o gosto que um e outro já se vão perdendo no Brasil”.⁶

O tema da liberdade de imprensa foi significativamente explorado na cobertura do *Jornal do Brasil* acerca da revolução portuguesa. A imprensa foi uma das áreas mais críticas em que se desenrolaram as disputas políticas naquele país (Gomes, 2019). Uma reportagem especial do *Jornal do Brasil* apontou que o “25 de Abril foi a morte das restrições” à liberdade de informação, fazendo um balanço histórico das difíceis condições do setor ao longo da ditadura salazarista.⁷

Carlos Lacerda foi, assim, uma ancoragem constantemente mobilizada pelo *Jornal do Brasil* para a interpretação do que se passava do outro lado do Atlântico nos primeiros meses da revolução. Questionado em uma entrevista se confirmava ser “guru da revolução portuguesa”, Lacerda delineou o que julgava ser o caminho empreendido pelos novos governantes lusitanos: o golpe militar asseguraria uma consolidação institucional, sem sobressaltos. Pessoalmente, considerava-se como parte de colaboradores que formaram uma “Legião Estrangeira da democracia” em Portugal. Assumia que desempenhava o papel de difundir no Brasil a “verdadeira posição” de Spínola: “ele não assumiu para entregar a África aos africanos assim sem mais aquela”. Seu argumento é bastante nítido quanto aos limites da percepção dos interlocutores brasileiros do general Spínola no Brasil: “senão amanhã o sujeito arma uma guerrilha em qualquer país e a ONU diz que tem que entregar o governo à guerrilha”. Nada de revolução. O movimento militar daria “a todos o direito de se manifestar pacífica e livremente”, alijando aqueles que viessem a propor outros meios de ação e projetos alternativos.⁸

Em princípio, as projeções de Carlos Lacerda pareciam confirmar-se. A renúncia de Portugal sobre territórios de ultramar e o reconhecimento efetivo da vitória dos movimentos de libertação nacional não estavam nos planos de Spínola, indisposto a aceitar a “autodeterminação” dos territórios que considerava colônias portuguesas, evitando abrir negociações com os independentistas.⁹ Mas havia sinalizações conflitantes. Os que esperavam que o movimento português estaria limitado a um golpe militar que seria sucedido por uma estabilização em torno de Spínola viram-se surpresos nos meses seguintes. O breve governo do general foi instável, e este se viu forçado a renunciar em fins de setembro de 1974 ao ser derrotada nas ruas sua iniciativa de mobilizar os setores sociais mais conservadores.

Conflitos entre setores das lideranças do Movimentos das Forças Armadas e o governo constituído em torno Spínola indicavam que se vivia um contexto em que o processo político português parecia estar sendo empurrado “decisivamente para a esquerda”. A questão da independência dos novos países africanos foi delineada por meio de “um acordo na África que Spínola não fora capaz de obter”, sendo seus adversários os que buscaram tratativas que sustentaram o “avanço para a independência ao qual Spínola se opunha” (Maxwell, 2006, p. 116-119).

Isso foi percebido por quem observava o processo desde seu epicentro. Nas primeiras semanas após o movimento militar de abril de 1974, o correspondente do *Jornal do Brasil* enviado a Lisboa, José Silveira, apontou que o país ibérico vivia uma escolha entre “um salto para o futuro ou o caos”, referindo-se à possibilidade de que movimentos revolucionários e extremistas ganhassem influência. Assim, havia uma nítida configuração revolucionária possível e as celebrações públicas do 1º de maio, lideradas pelos partidos de esquerda, especialmente os comunistas, seriam um momento para o povo português demonstrar se estaria “à altura de exercer a plena liberdade que por tantos anos lhe foi negada”.¹⁰ Estaria sendo gestada uma “revolução original”: o “fascismo” fora derrubado “pelas suas próprias forças e sem ajuda externa”.¹¹

Um ano depois, quando o 25 de Abril completou seu primeiro aniversário, o mesmo José Silveira escrevia que seria inimaginável que “em um ano a paisagem portuguesa estivesse tão modificada” e

de um “regime fascista” o país tivesse caminhado para uma “via socialista”. Em poucas linhas, muito do que havia sido escrito sobre as primeiras semanas do processo político português foi reavaliado. Uma projeção de um cenário possível em caso de mudança de regime e construção democrática era delineada pela observação do que se passava em Portugal: do exílio voltaram os principais líderes políticos com vistas ao esforço de “reconstrução das instituições”. Spínola tornara-se menos relevante conforme passou o tempo e mostrava que não correspondia “ao espírito do MFA”, consagrado no poder concentrado pelo Conselho da Revolução. De figura heroica e navegador do futuro, mostrava-se não mais do que o velho “voluntário das tropas nacionalistas do Generalíssimo Franco”, quando da Guerra Civil Espanhola na década de 1930.¹²

Em um período de um ano, as projeções políticas associadas à revolução portuguesa sofreram profundas alterações. Compreende-se aqui que os projetos políticos vislumbrados por meio da janela aberta pela revolução portuguesa evocavam a necessidade de compreensão dos novos repertórios de ação social elaborados no conflito então aberto. Tais repertórios não estavam restritos às fronteiras portuguesas e envolviam a circulação de projetos políticos em âmbito transnacional. A noção de repertório político vincula-se à conhecida abordagem de Charles Tilly e possibilita compreender a democratização como uma transformação na cultura política que medeia as relações entre agentes políticos, Estado e grupos sociais distintos e em conflito (Avritzer, 1995). Essa perspectiva permite atribuir importância às transformações sofridas pelos repertórios políticos de setores das esquerdas brasileiras ao longo da Ditadura Militar (Marques, 2017), o que impactou suas projeções de futuro. Reconfigurações dos projetos democráticos e a localização de uma futura democratização brasileira em um quadro internacional favoreceram a mobilização de novos repertórios políticos.

Segundo Tilly (1978, p. 151), há historicamente um conjunto limitado de desempenhos possíveis ou de repertórios à disposição dos grupos sociais em suas ações coletivas ou políticas. É possível apontar que os episódios que se sucederam à Revolução dos Cravos proporcionaram a construção de conexões internacionais que favoreceram novas interações políticas, numa “tensão entre inovação e persistência” (McAdam; Tarrow; Tilly, 2009) e entre demandas, projetos e objetivos políticos. É um trabalho ainda em andamento a avaliação do impacto de tais arranjos de ideias e perspectivas nas composições de grupos organizados que estavam sendo gestadas a partir de 1974, reorientando as “formas de ação” possíveis (Alonso, 2012). A construção de projetos políticos a partir desses novos repertórios de mobilização social envolve uma elaboração complexa que pode ser acompanhada, em certa medida, na cobertura jornalística sobre a revolução portuguesa.

A queda de Spínola foi acompanhada de perto por outro observador privilegiado. Walder de Góes atuou como enviado especial a Lisboa desde os últimos meses de 1974 até 1976. Seus artigos foram publicados com destaque na seção Internacional e em cadernos especiais. Os textos foram compilados em um livro lançado em 2007, o que favorece sua utilização no presente estudo. Esta documentação foi explorada anteriormente, com outros objetivos, no trabalho de Freire (2017).

Góes referiu-se ao “ressurgimento dos sentimentos de 25 de Abril” após a queda de Spínola, sinalizado por um comunicado do MFA na televisão antecedido pela canção “Grândola, vila morena”, que fora uma das senhas do levante de meses antes. Tinha início ali um reforço do poder dos militares considerados revolucionários em relação aos civis e aos partidos. Assumiu o poder o general Francisco Costa Gomes, mais afeito ao diálogo com o MFA e a seus ideólogos, como o major Vítor Alves. Por outro lado, projetava-se que Portugal buscaria um “regime socialista semelhante aos que funcionam na Europa Ocidental”. Isso implicaria em o país definitivamente virar “suas costas ao Atlântico”, esquecendo a “identidade nascida da cultura dos navegadores”. Em aceção alinhada com a defendida pelo *Jornal do Brasil* desde o início do ano, Góes concluía que tal movimento de abandono do atlantismo traria o risco do país “ver definir-se na Península Ibérica a hegemonia da Espanha”.¹³

No início de 1974, ainda antes da queda do regime salazarista, o *Jornal do Brasil* apontara em editorial a necessidade de Portugal levar em conta a “escolha atlântica” como centro de suas relações internacionais, equilibrando-a com uma “simples europeização”. Isso implicaria no reconhecimento de que o país teria historicamente um “rumo principal” e uma “vocação destino”. Antagonizar-se a tal trajetória resultaria em “perda de identidade”, afastando-se da “dimensão afro-luso-brasileira”, entendida como “comunidade atlântica”.¹⁴ Tal visão dos dilemas portugueses perdeu espaço rapidamente, frustrando as expectativas do jornal.

Sem Spínola, o caminho possível para uma solução democrática em Portugal, segundo Góes, em texto com data de 1 de outubro de 1974, seria o de “um modelo socialista de organização social, algo como a forma escandinava, mas com flexibilidade que garanta a empresa privada”. As relações com a Europa ganhariam prioridade, restando residualmente apenas “algum atlantismo, com o fortalecimento da comunidade luso-brasileira” (Góes, 2007, 40). Entendida como a manutenção do colonialismo por outros meios, a ideia de qualquer tipo de federação lusófona foi rejeitada por diferentes forças políticas. Em 11 outubro de 1974, Walder de Góes publicou um texto com declarações nesse sentido de Otelio Saraiva de Carvalho, um dos mais carismáticos e importantes líderes da esquerda revolucionária dentre os “Capitães de Abril”. Para Saraiva de Carvalho, o general Spínola “travava” as ações e o programa original do movimento com suas “ideias muito complexas e impraticáveis, como a história da federação que reuniria Portugal e as colônias”. Ao contrário, o MFA recusava-se a “disfarçar o colonialismo” (Góes, 2007, p. 70).

Tendo em conta as possibilidades e obstáculos que o complexo quadro político ensejava, Góes afirmava que Portugal seria “ainda uma realidade a definir-se” (Góes, 2007, p. 62). Algo ficava patente para o jornalista no texto publicado em 06 de outubro: o futuro possível daquele processo revolucionário não mais poderia ser enquadrado conforme a lente do monóculo do general deposto. A revolução portuguesa era mais complexa do que mais um golpe ao estilo brasileiro e lacerdistas e não pôde ser enquadrada no roteiro de uma trama conhecida. O “programa democratizador” (Rezola, 2007, p. 17) dos Capitães de Abril destoava da imagem de oficiais militares em fardas cobertas de honrarias e medalhas. Oficiais de nível médio do MFA anunciavam eleições e, em alguns casos, revoluções. Eleições, a formação de uma Assembleia Constituinte, eliminação do aparato repressivo, libertação de presos políticos, retorno de exilados, liberdade de expressão a todas as correntes políticas, além de punições aos colaboradores do regime deposto, sugeriam um horizonte político que abria um arco de repertórios de mobilização social diferente a conectar a Península Ibérica a um Brasil sob o jugo de uma Ditadura Militar. Os repertórios de mobilização que ensejavam projeções políticas de longo alcance sofreram inflexões importantes ao longo do primeiro ano do processo revolucionário português, o que não diz respeito apenas à passagem do tempo, mas aos intensos embates em torno de horizontes ainda indefinidos.

O futuro no “laboratório”: da revolução à transição

Depois da tentativa fracassada de Spínola de reassumir o poder por meio um golpe militar em 11 de março de 1975, o *Jornal do Brasil* ainda insistiu em sua fidelidade à figura do general e acompanhou por meses seu périplo transatlântico no Brasil e junto a comunidades portuguesas na América do Norte em busca de apoios externos para tentativas de retomada do poder. Quando de seu refúgio no Brasil, um de seus primeiros encontros políticos foi justamente com Carlos Lacerda, com quem buscou apoio e os recursos a que tinha direito pela edição brasileira de seu livro. Lacerda confirmava ser um de seus interlocutores de destaque, opinando sobre sua adesão ao chamado Movimento Democrático para a

Libertação de Portugal, uma iniciativa que visava enfraquecer o novo regime português e viabilizar seu retorno ao poder (Rodrigues, 2014).

O alcance de tais iniciativas não mais chegou a empolgar os editorialistas, frustrados pelos rumos da radicalização revolucionária. Um Conselho da Revolução ampliou o alcance de medidas, como a nacionalização do setor bancário, que se desdobraram em disputas em torno do controle dos meios de comunicação, pois vários jornais dependiam de bancos direta ou indiretamente (Gomes, 2013). Muitos dos jornais estatizados abriram suas páginas para a circulação de informações acerca do contexto brasileiro, com denúncias às violações aos direitos humanos e permitiram a expressão de exilados políticos, bem como conectavam o contexto de lutas políticas e de descolonização que ocorriam simultaneamente em Portugal, na África e na América Latina.

Este âmbito de preocupações balizou as avaliações sobre a quartelada de Spínola. Os editorialistas do *Jornal do Brasil* foram objetivos em manifestarem sua desaprovação ao erro “imperdoável”, caracterizado como uma “tentativa militar frustrada, inoportuna” e, pior, “mal planejada”. Teria consequências graves na impossibilidade de “correção de curso do processo revolucionário, fortemente desviado para a esquerda”. A influência dos comunistas sobre os militares dirigentes de Portugal configuraria uma situação em que, como um “dominó”, a área do Mediterrâneo estaria “cada vez menos Ocidental no sentido geopolítico da palavra”. Entre uma rota comunista inaceitável e um modelo “democrático-europeu” inviável pelo militarismo e a “pobreza do país”, a revolução parecia ganhar uma “feição africana, unindo-se Lisboa ao mundo Mediterrâneo árabe”, suscitando “experiências de caráter político jacobino e de socialismo subdesenvolvido”. Os militares deveriam agir como “poder moderador” para que os portugueses evoluíssem “do salazarismo para um Ocidente democrático”. Do contrário, haveria “repercussões negativas para a influência de Lisboa em Luanda e em Lourenço Marques”.¹⁵

Dias depois, insistiu-se: “o Poder em mãos dos comunistas” teria consequências no “equilíbrio do Poder mundial”, extrapolando em “repercussões inevitáveis em África”, favorecendo a “conspiração” que pretenderia “retirar o país do contexto ocidental”.¹⁶ A figura de destaque que ganhava o proscênio da cobertura do jornal passava a ser a de Mario Soares, afastado do cargo de Ministro de Negócio Estrangeiros pela nova configuração revolucionária. O socialista democrático de “padrão europeu” que projetava reformas sociais sem “destruir os fundamentos políticos de uma ordem democrática” passava a ser a esperança de combater o “esquerdismo não democrático” que jogava Portugal para “fora de suas esferas de relações atlânticas e europeias”. A “autocracia de esquerda” transformaria o país num “corpo estranho” entre a “comunidade democrática internacional”. A nacionalização dos bancos era seguida da “coação econômica irresistível”, bem como da pressão política, sobre a imprensa. Assim, o país ibérico teria enveredado pelo “caminho do terror, isto é, dos julgamentos e processos sumários”.¹⁷ Note-se que tudo isso era escrito e avaliado a partir de um país que vivia sob o julgo de uma Ditadura Militar há mais de uma década, com o suporte de empresas de comunicação como o próprio *Jornal do Brasil*.

Um dos enviados especiais do *Jornal do Brasil* nos dias tensos de março de 1975, Araújo Netto, destacou o processo de tomadas de decisão apressado e sem planejamento. Prevalciam uma “ânsia” e “métodos” que buscavam “resolver revolucionariamente os mais sérios problemas deste país”.¹⁸ Os textos do correspondente chamaram a atenção para a forte “influência comunista” sobre o governo português ao mesmo tempo em que era anunciada “uma plataforma política mais severa, mais dinâmica e intransigente”. Tais ações logo pressionariam boa parte da imprensa “em um dos países europeus com maior abundância de empresas e publicações jornalísticas”.¹⁹

Nos primeiros meses de 1975, o colunista Carlos Castello Branco voltou a dedicar-se ao cenário português para demonstrar sua frustração e questionar, particularmente, as ações da esquerda daquele país. Sem se referir ao Brasil, é possível perceber que sua análise procura tomar o cenário lusitano como

meio para construir um ponto de vista sobre o contexto nacional, um alerta sobre uma possível transição brasileira. As ações revolucionárias contra a “subversão” em Portugal impediam a instauração de um “Estado de Direito” e davam margem a uma “política repressiva”. Prisões lotadas de “contrarrevolucionários”, os quais, mesmo que não estivessem sendo “brutalizados na medida em que foram as vítimas da ditadura salazarista”, não recebiam “qualquer assistência jurídica, jamais foram ouvidos em processos nem por autoridades judiciárias”. O viés de Castello Branco revela-se nitidamente quando afirma: “curioso é que esse fato não tenha despertado a atenção das organizações internacionais que se dedicam à defesa dos direitos humanos”. Em um momento em que a ditadura brasileira era denunciada em âmbito internacional pela prática sistemática de violações aos direitos humanos, o articulista do *Jornal do Brasil* fazia uso de Portugal para questionar justamente os opositores ao Regime Militar. Julgava que “repressões ditatoriais” estavam presentes em “mais da metade das nações do globo”. Mas, as entidades internacionais seriam “mais sensíveis à repressão que ocorre sob regimes ditatoriais de direita”, sendo que Portugal, pelo contrário, era mostrado ao mundo “antes como um campo de esperanças do que como uma área de terrores”.²⁰

Posteriormente, referiu-se aos “caminhos da ditadura que voltam a ser trilhados” em Portugal. Identifica-se em seu texto, mais uma vez, um paralelo ambíguo com o Brasil e o Regime Militar autoritário. O presidente lusitano, o general Costa Gomes, entendia que seu povo não seria “suficientemente esclarecido” para compreender os rumos do país. Tal declaração demonstrava que se montava um regime tutelar, cujas palavras seriam “semelhantes” às que se ouvia “no Brasil em momentos de confusão quando se suprime a liberdade sob o pretexto de evitar a libertinagem”. Embora não fosse específico e direto, a utilização do discurso de um general português para se referir à ordem política vigente durante a ditadura brasileira parece evidente. Em contraponto, admirava Spínola, autor do “livro que exaltara os ânimos revolucionários” de abril de 1974. Contudo, o processo português teria sido marcado por “gradativo estreitamento de perspectivas”. Diante desse quadro, no qual os comunistas ampliavam seu poder, o Castelhinho apostava em Mario Soares como uma liderança capaz de “resistir à comunização de seu país”, mantendo os “compromissos com a democracia pluralista e com a Europa social-democrática”. Entendia que Soares deveria mobilizar suas “qualidades táticas” e a “sensibilidade popular” para dialogar com o “centro liberal e a direita”, superando ambiguidades que o teriam levado a “erros de visão”, ameaçando as “perspectivas democráticas portuguesas” pela “onda militarista triunfante”.²¹ Por meio da análise dos eventos portugueses, Castello Branco projetava o controle do processo político por uma aliança de moderados para a superação do predomínio militar. Há aí uma sugestão de caminho para uma transição que poderia ser trilhado por um país como o Brasil.

Além disso, cabe acentuar que os processos políticos desencadeados deixavam nítido que a revolução portuguesa era mais profunda e complexa, envolvendo interesses e conexões internacionais. Um editorial do *Jornal do Brasil* enquadrava sua narrativa a respeito do que se processava em Portugal no âmbito de um quadro que “transbordava as fronteiras do país”, envolvendo a “atenção de importantes interlocutores internacionais”. Os Estados Unidos seriam chamados a intervir, tendo sua base militar em Açores sob ameaça, repercutindo no “sistema mundial de equilíbrio do Poder”. O alinhamento português com países do Terceiro Mundo não deveria implicar “na quebra de compromissos com a sociedade pluralista” e com a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Para isso, insistia em destacar a liderança de Mario Soares e sua defesa da opção de Portugal “pela liberdade”.²²

Exilados em Portugal, muitos brasileiros travaram contato com os repertórios de mobilização social que atravessavam as disputas e geravam engajamentos naquele país, tomando-os como possíveis projetos de futuro. Em texto publicado em 01 de junho de 1975, Walder de Góes observou a mobilização de bases sociais populares, descrevendo, por exemplo, as atividades da Associação de Inquilinos de Lisboa, movimento que engajava famílias “nas favelas da cidade” para organizar ocupações. No amplo

leque aberto pela “esquerda revolucionária”, destacou as comissões de moradores e trabalhadores, o que é significativo porque sua análise destaca formas de participação popular dificilmente noticiadas no Brasil sob a Ditadura Militar. As siglas de diferentes organizações políticas e nomes de destaque na esquerda portuguesa, como Carlos Antunes e Arnaldo Matos, foram detalhados, bem como seu papel ao receberem “em Portugal os exilados políticos e os membros do extremismo esquerdista de outros países”. Neste caso, estava se referindo a italianos, ingleses, argentinos, chilenos e bolivianos. Mas, ainda que ligeiramente, não deixou de comentar sobre a presença de brasileiros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Esses revolucionários e combatentes contrários ao regime brasileiro, segundo Góes, ao chegarem no país ibérico, logo entravam “na luta”, pois, “Portugal é um grande laboratório” (Góes, 2007, p. 77).

A jornalista Arcelina Helena foi outra enviada especial do *Jornal do Brasil* a Portugal, e concentrou seu foco na produção de algumas matérias sobre aspectos sociais e culturais de um país em tempo de revolução. Destacou, no auge do “verão quente” político de 1975, quando a radicalização fraturou a unidade das forças armadas em torno do processo revolucionário, que Lisboa tornara-se ponto de encontro de milhares de jovens concentrados “desordenadamente” com o propósito de “ver a revolução portuguesa”. Provenientes da Europa, dos Estados Unidos e da América Latina, estudantes e militantes de esquerda teriam dado origem a uma nova forma de turismo: “o turismo político”. Enquanto as agências de viagem internacionais retiravam o país de seus pacotes e roteiros, empurrando a sofisticada rede hoteleira para uma profunda crise, o “turista político” viajaria de mochila e pouco ou nada contribuiria para a melhoria das condições econômicas. Ao invés de balneários e resorts, estaria interessado exatamente naquilo que seria temerário ao “turista tradicional”: passeatas, tomadas de fábricas, mobilizações e confrontos. Os hotéis de luxo esvaziados contrastavam com estalagens lotadas e a “aldeia internacional da juventude”, com integrantes de 47 nacionalidades, localizada próxima à Universidade de Lisboa, onde recebiam o apoio para viver em barracas “pela unidade e solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade”. Partidos e organizações revolucionárias portuguesas, além de movimentos de trabalhadores e comissões de moradores, organizavam visitas e discussões em suas sedes. Surgiu um pequeno comércio de “cartões, camisetas e pôsteres da revolução portuguesa”, bem como de livros políticos e “revistas pornográficas”, itens “anteriormente proibidos pela censura”. Nesse encontro da esquerda internacional, jovens europeus que anteriormente ignoravam Portugal juntavam-se a refugiados latino-americanos.²³

É possível apontar, portanto, que os processos em curso em Portugal desfizeram prognósticos iniciais quanto ao seu alcance, causando surpresas por sua “horizontalidade” (Kieling, 2018) e pelas repercussões internacionais do evento. No “laboratório político” constituído pela revolução portuguesa, houve quem buscasse “construir um futuro inteiramente distinto de seu passado recente” (Augusto, 2011). No início de 1976, Arcelina Helena voltou a tratar dos impactos socioculturais da revolução portuguesa quando publicou uma matéria em que se referiu à “mulher portuguesa”, a qual seria, “depois dos cravos vermelhos e do 25 de abril, também um ser político”. As mulheres teriam sua presença perceptível nas mobilizações e comícios. Apesar da direita tentar enquadrar as mulheres em “valores tradicionais, como a maternidade, a feminilidade e o recato”, no âmbito das esquerdas predominava a “luta pela libertação”, o que passou por conquistas como as “igualdades legais e salariais”, sendo que “o divórcio e a contracepção são permitidos e prevê-se para breve uma nova legislação para o aborto”. Helena registrou a “politização repentina” das mulheres portuguesas, contudo, não resistiria às condições econômicas do país, com os aumentos do custo de vida. Além disso, mais importante do que as leis seria “a marca cultural e religiosa”, a qual impediria “grandes liberdades e engajamentos”. A matéria trouxe o depoimento de Isabel do Carmo, engajada na esquerda revolucionária, e de Maria Teresa Horta, escritora com ligações com diferentes movimentos sociais e feministas. Enquanto a

primeira referiu-se à ausência de mulheres em posições de destaque nas organizações de esquerda, Horta estava envolvida nas “contradições geradas e vividas pela explosão de liberdade e conscientização pós-25 de abril”.²⁴

Também viviam exilados em Portugal alguns integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os principais interlocutores dos militantes do PCB em Portugal eram, obviamente, os integrantes do Partido Comunista Português (PCP). Contudo, este partido apresentava aos brasileiros um tipo de diálogo distinto daquele encontrado em outros países europeus, como a França ou a Itália (Napolitano, 2014). Os comunistas portugueses resistiam a seguir o caminho que então parecia dominante na Europa ocidental entre forças congêneres, as quais ganharam a forma do eurocomunismo, “movimento defendido pelos partidos comunistas da Itália e da Espanha, com ênfase no pluripartidarismo, na ideia da democracia e do socialismo democrático” (Carone, 1982, p. 9).

O PCP mantinha aberta a possibilidade insurrecional, embora evitando qualquer ruptura imediata que pudesse sair do controle, dado que mantinha influência direta ou indireta sobre importantes segmentos do Estado até o fim de 1975. Entrevistado por Walder de Góes logo depois da queda de Spínola, em outubro de 1974, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, preferia as declarações curtas e incisivas, como quando afirmou que “estimular movimentos de rua é ajudar a direita” (Góes, 2007, p. 44), numa alusão crítica à extrema esquerda. Cunhal era também um crítico da estratégia eurocomunista. Nos anos seguintes foi frequentemente caracterizado como um político alinhado a Moscou e refratário ao eurocomunismo, especialmente quando comparado com as posições adotadas pelos comunistas espanhóis (Varela, 2012). Naquela altura, a luta pela reforma agrária conduzida pelo PCP ganhava contornos de crescente radicalização ao longo dos governos do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves em 1975, então ainda respaldado pelo General Costa Gomes. Walder de Góes, em seus textos para *Jornal do Brasil*, entendia que “o destino da reforma agrária representaria o balizador da Revolução Portuguesa” (Freire, 2017).

Outra posição marcante encontrada entre diferentes setores da esquerda portuguesa ao longo do processo revolucionário era a da solidariedade com os chamados povos do Terceiro Mundo e suas lutas. No programa do MFA, juntamente com desenvolvimento e democracia, figurava a tomada de iniciativas em favor da descolonização. Durante algum tempo, os setores mais engajados na revolução portuguesa alargaram tal perspectiva e aproximaram-se de países do então chamado Terceiro Mundo, o que temporariamente localizou aquele país no âmbito de lutas anticoloniais (Secco, 2013). Enquadrada dessa maneira, as lutas contra a Ditadura Militar no Brasil ganhavam uma conotação internacional, inscrita em processos políticos que superavam as fronteiras do país, com recortes ideológicos que poderiam influenciar as opções políticas em Portugal e suas conexões com o processo de descolonização na África e a aproximação de países socialistas, como Cuba (Bruneau, 1982).

As posições editoriais do *Jornal do Brasil* nessa altura, conforme Motta (2018, p. 295), eram de objeção aos países africanos que recentemente haviam se tornado independentes de Portugal e quaisquer ideias “terceiro-mundistas”. O jornal denunciava o “caminho autocrático” do governo de Vasco Gonçalves e da “minoría comunista”, os quais inviabilizariam a introdução de um “estilo europeu-ocidental de democracia pluralista”. Tal quadro só poderia ser contido pela ação de “partidos democráticos” que combatessem o que chamou de “comédia de equívocos”.²⁵ A imagem de um Portugal europeu, finalmente, foi apresentada como seriamente ameaçada após o rumoroso episódio do fechamento e tomada do jornal *República* por um comitê de trabalhadores da esquerda revolucionária. Até então vinculado ao Partido Socialista, *República* era acusado de ser um crítico do processo revolucionário conduzido pelo MFA com o apoio do PCP. Disputas internas na redação entre esquerdistas revolucionários, comunistas e socialistas teriam se ampliado ao ponto da radicalização. A repercussão internacional do caso projetou ainda mais a figura de Mario Soares como o porta-voz de valores pluralistas

e europeístas. Para o *Jornal do Brasil* o caso demonstrava que Portugal estava “no limiar dos soviets”, sob a bandeira da festejada “aliança Povo-MFA”, interpretada como uma conspiração para criar um “Estado totalitário”. O fechamento do jornal pelo governo provisório fazia desaparecer “a liberdade de imprensa” e a informação tornava-se “monopólio do Estado galvanizado, como bem se sabe, pelos radicais esquerdistas”. Um sinal de alerta para o futuro: o predomínio do MFA e dos comitês populares seriam evidência do “fracasso da política de coalizão com os comunistas” e que tal não seria ignorado “em Paris, Londres, Bonn e Roma”.²⁶

Em mais um esquivo paralelo com o Brasil, evitando referências à Ditadura Militar, novo editorial acerca do caso do jornal *República* apontou que “os países democraticamente mais estáveis são aqueles que toleram toda e qualquer crítica interna”. Os países democráticos europeus e os Estados Unidos seriam aqueles capazes de atravessar “momentos de angústia sem ocultá-los de si mesmos”. A fraqueza de facções inábeis para gerar consensos nacionais resultava na criação de “um consenso pela força”. Assim como Portugal naquele momento, quando ocorria “o fim da liberdade de imprensa”, o Brasil também teria conhecido “ao longo da história” diversos “estágios do processo de amordaçamento da imprensa”, algo que seria lamentável “quando o vemos em marcha em nações amigas”. Daí que o jornal projetasse: “devemos esperar que se consolide e se universalize entre nós a liberdade de imprensa” como condição para ampliar a “área do consenso nacional e, portanto, da estabilidade política”. Sem consenso não haveria a “harmonia superior das divergências” e, assim, “fecha-se, como em Portugal, a própria República”.²⁷

Para Walder de Góes, o caso do jornal *República* era apenas um dos “últimos atos do Partido Comunista e da esquerda revolucionária para controlar os meios de informação no país” em um processo que ocorria conforme um modelo que teria sido criado logo depois do 25 de Abril, quando da ocupação de outros jornais. Essa prática teria se generalizado, o que envolvia a imposição de um conselho de redação que demandava a nomeação de um diretor ao governo. Góes obteve declarações do proprietário do jornal, o socialista Raul Rego, histórico opositor do salazarismo. Rego pudera até então manter o controle do periódico por não depender de financiamentos de bancos nacionalizados: “nós somos imparciais, noticiamos tudo, não somos facciosos como a imprensa comunista, que é tão facciosa como era antes de 25 de Abril sob o salazarismo”. Informando sobre o passado de luta anti-fascista de Rego, o texto de Góes finaliza com mais uma declaração do jornalista português: “não é possível que depois de tanta luta contra a ditadura salazarista, tenha eu de enfrentar outra ditadura, mais brutal ainda”.²⁸

O *Jornal do Brasil* destacou ainda o “tumulto” que se percebia no debate político português, no qual uma “retórica ideológica” estaria inviabilizando o pragmatismo dos assuntos de Estado imediatos. Após a “noite salazarista”, o país precisaria “restaurar suas energias”, mas o quadro seria desalentador, “com 60% da economia estatizados e o restante da atividade econômica cumprido por empresas de pequeno e médio portes”. Além disso, o MFA era acusado de mover-se no sentido de obter o “controle total do processo político”, sobrepondo-se aos partidos vitoriosos nas primeiras eleições livres e universais ocorridas no país, em abril de 1975, nas quais formou-se a distribuição parlamentar de uma Assembleia Constituinte.²⁹

As eleições haviam dado a vitória aos socialistas, com seu programa europeísta e socialdemocrata, secundados pela centro-direita. Os comunistas e o restante das esquerdas tiveram um resultado decepcionante, ao comparar os resultados eleitorais com as mobilizações de rua. A enviada especial Maria Teresa Siqueira destacou que as eleições ocorreram no mesmo dia dos festejos pela passagem do primeiro ano da Revolução dos Cravos, sendo que um dos lemas frequentes gritados nas ruas era “o povo está com o MFA”.³⁰ Apesar do cântico, a abordagem do jornal sobre o resultado eleitoral demonstrava satisfação pela vantagem expressiva de votos obtida pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular

Democrático (de centro-direita) sobre os comunistas. As eleições consagravam a grande participação popular, a despeito da proibição de participação dos Democratas Cristãos no pleito, bem como de um grupo político maoísta.

Os portugueses teriam mostrado, “nessa fase de transição”, que se contrapunham ao “regime comunista que infiltrou seus tentáculos no governo provisório”. Consagrava-se o predomínio das “tendências moderadas do povo português”. As eleições garantiam a “fisionomia europeia democrática” do país, a despeito da “natural aproximação com a África”. Quanto a este tópico, o editorial do *Jornal do Brasil* foi objetivo em sua projeção do futuro português: as eleições derrotavam qualquer “engajamento no terceiro mundo, com os riscos que lhe seriam inerentes, de uma mudança para outra órbita”. Portugal mantinha-se, assim, como o “portal da Europa”.³¹ Retomando de outra forma a imagem de uma comunidade atlântica, na qual o Brasil, embora não mencionado, estaria presente, seria este Portugal europeu que poderia viabilizar uma “influência contínua nos novos Estados africanos da lusofonia”.³²

É nessa linha editorial que o correspondente Walder de Góes passa a destacar a crescente importância da centro-direita em Portugal, então liderada por Francisco Sá Carneiro, um de seus interlocutores frequentes. Este propugnava em novembro de 1975 a destituição do presidente Costa Gomes e a formação de um governo que “reúna a maioria militar e os partidos Socialista e Popular Democrático” para afastar a ameaça dos comunistas (Góes, 2007, p. 265). Entre a legitimidade revolucionária e a das urnas preparava-se o caminho para um processo de transição política comandado pelas forças moderadas.

Isso veio a se concretizar após um novo movimento militar ocorrido a 25 de novembro de 1975, quando a extrema esquerda foi afastada do centro do processo político, ocasião em que o correspondente saudou a “reconstrução” liderada “pelo núcleo intermediário” dos partidos portugueses. Na sequência do “verão quente” em que as posições revolucionárias se radicalizaram, de modo a abrandar a fervura, os partidos centristas seriam capazes para representar a “realidade portuguesa”. Em janeiro de 1976, Góes definia que Portugal, apesar do interregno revolucionário, seria “um país conservador, dependente de suas relações com a Europa Ocidental, dominado pelas pequena e média burguesias” (Góes, 2007, p. 346-347).

Naqueles meses decisivos entre 1975 e 1976, quando foi interrompido o processo revolucionário em curso, o *Jornal do Brasil* voltou a concentrar sua atenção em Portugal quando se desenrolou o impasse envolvendo a deposição de Otelo Saraiva de Carvalho, identificado com as posições esquerdistas, do comando militar de Lisboa, sendo substituído por um militar moderado, Vasco Lourenço. Paraquedistas rebeldes foram contidos e as forças mais à esquerda saíram derrotadas ou desmobilizadas. Enquanto isso, socialistas e a centro-direita organizaram uma manifestação de milhares de agricultores anticomunistas e contrários à reforma agrária, ameaçando cercar a capital. Toda a movimentação evitava, segundo o periódico brasileiro, “a esperada tentativa de golpe por parte dos comunistas”. Costa Gomes, o general Presidente da República, enfim teria se manifestado “em favor da ordem e da disciplina”. Os editorialistas do *Jornal do Brasil* enxergavam um só futuro para Portugal, de modo a evitar a “guerra civil”: que as “forças anticomunistas” fossem “ao fundo do problema” para “arrancar as raízes da conspiração comunista nos quartéis e nos sindicatos”.³³

Mais uma vez, o cenário português servia como filtro para a construção de abordagens que poderiam abarcar também o outro lado do Atlântico. Nos dias seguintes, o jornal voltaria à carga anticomunista, insistindo na necessidade de afastar o PCP de qualquer instância governamental. O jornal alertava para que não se iludisse com o “comunismo ocidental” de franceses e italianos, que se mostravam dispostos a aceitar as regras dos governos parlamentares de seus países. Cabia aos “socialistas ocidentais” manterem-se atentos contra a prática da “revolução da minoria” de tipo leninista aos quais os comunistas retornariam assim que tivessem oportunidade.³⁴

Arcelina Helena abordou o cotidiano dos cidadãos em meio ao estado de sítio decretado, que voltava a fazer os portugueses conviverem com a censura aos meios de informação. Os jornais tiveram a circulação suspensa e, assim, “cada pessoa se sentia no direito e na obrigação de investigar e divulgar notícias”. Enquanto isso, os partidos de esquerda estavam “desarvorados” e desunidos, com os de extrema-esquerda acusando o PCP de traição por haver desmobilizado suas bases.³⁵ A forte censura à imprensa, com a proibição da circulação de jornais em Lisboa, mesmo os internacionais, foi o tema principal da correspondente naqueles dias. Jornais sediados no Porto e em Coimbra seguiam com sua cobertura e comentários políticos. Os jornais que haviam sido estatizadas e encontravam-se sob controle direto ou indireto de organizações e partidos de esquerda, bem como sob a autogestão de seus trabalhadores, sofreriam “profundas mudanças administrativas e diretivas”. Postos sob controle público após o 25 de Abril de 1974, poderiam ter que “modificar sua linguagem”, deixando de dar “apoio às ideias dos partidos de extrema-esquerda”. Enquanto isso, títulos privados ganhavam espaço, apoiando o triunfo do “único caminho possível para o socialismo” e defendendo a “autocensura, autocrítica e criatividade”. A reforma na área da comunicação social deveria vir acompanhada da revisão dos poderes que dispunha o PCP.³⁶

Nos meses finais de 1975, quando a revolução portuguesa começou a ganhar as feições das forças políticas moderadas, Walder de Góes elaborou artigos em que tentou dar conta da complexidade do processo social português, para além das disputas institucionais e partidárias. O país teria que “encontrar sua verdadeira identidade, achar uma saída para o futuro”, pois, sem o império colonial multissecular e restrito à condição de ser uma “pequena parcela da Península Ibérica”, deveria surgir a partir daí o “verdadeiro Portugal” (Góes, 2007, p. 274). O até então recente laboratório de futuro ganhava dimensões modestas.

Transições e conexões: um futuro sem ruptura

Ao fim de 1976, um editorial do *Jornal do Brasil*, por ocasião de declarações do embaixador dos Estados Unidos, tratou da importância dos direitos humanos e sua “validade universal”, tendo por base a “evolução histórica da nação norte-americana”. Essa seria uma marca indispensável em um tempo “pródigo em demonstrar que o desrespeito pelo homem, como componente dos métodos de governo, oferece resultados ilusórios e temporários”. Governos “de índole totalitária, tanto os de direita como os de esquerda”, dedicavam-se a ampliar “um sistema de restrições sucessivas e intermináveis”. Regimes sustentados apenas pela força tenderiam a cair “por erosão invisível quando menos esperam”. Este seria o exemplo ao mundo proveniente “de Portugal e da Espanha”, constituindo “duas experiências capazes de ensinar a diferença entre deixar tudo à própria sorte e programar uma evolução política”, sendo esta última capaz de assegurar, sob “o controle da própria sociedade”, a passagem de um “governo totalitário a um regime legal e responsável”.³⁷ Há uma nítida distinção estabelecida no texto entre o que fora uma revolução que quase teria saído do controle, apontando para um futuro indesejável, e uma transição pacífica e programada, como a que se efetuava naquele ano na Espanha, após a morte do ditador Francisco Franco.

É possível, assim, identificar no editorial um projeto marcado pela defesa dos direitos humanos, pela hegemonia de valores ocidentais com validade universal sob a liderança dos Estados Unidos e a demonstração de dois caminhos para uma possível superação de regimes autoritários. Uma projeção que envolvia investimentos políticos e intelectuais que se davam no âmbito de um “consenso liberal” em favor do engajamento na proposta de distensão do regime autoritário brasileiro (Chaves; Cattai, 2019). O cenário português, dada sua irrupção revolucionária, aparecia como indesejável em relação ao espanhol, com sua marca pactuada. Mais uma vez Portugal é tomado como um alerta dirigido ao

futuro político a ser construído no Brasil. Para alívio dos observadores do *Jornal do Brasil*, as ameaças de convulsões populares e de rupturas sociais na sequência da Revolução dos Cravos haviam sido desvanecidas e surgiam apenas como um exemplo oferecido pelo tempo histórico. Portugal voltava ao seu lugar tradicional, coerente com seu passado.

Ao longo daquele ano os responsáveis pela cobertura que o *Jornal Brasil* dedicou ao processo político português vislumbraram o que seria a normalização institucional do país. Os arroubos revolucionários haviam sido superados. Arcelina Helena registrou que a “estabilidade política” estava “rendendo dividendos”, pois o país voltava a receber capitais externos. Estados Unidos e Europa demonstravam “interesse em ver Portugal no caminho que começou a trilhar no final do ano passado”, depois do 25 de novembro.³⁸ Na mesma altura, Helena informou que estava em jogo “a presença ou não da palavra socialismo” nos documentos que davam as orientações do pacto entre MFA e partidos para a consolidação instituição do país. O avanço da direita abria no horizonte “a hipótese de que o povo não faça a opção socialista”.³⁹

Semanas depois, ao reportar um encontro de partidos socialistas moderados ou socialdemocratas na cidade do Porto, um artigo de Arcelina Helena anunciou: “Portugal de volta à Europa”. A palavra de ordem do encontro, “a Europa está conosco”, simbolizava o encontro de dirigentes partidários e governamentais da Espanha, França, Suécia, Áustria, Alemanha, Noruega e Holanda, organizados sob a bandeira da Internacional Socialista e sob os auspícios do Partido Socialista português, este sob a incontestável liderança de Mario Soares. O alemão Willy Brandt tomava à frente na iniciativa de “apoio econômico e político para a construção da democracia e do socialismo em Portugal”. As oscilações e ambiguidades de Soares favoreciam a reunião e superação de diferenças entre os europeus mais ricos e os mediterrâneos pobres. Também havia distinções significativas quanto à relação com os comunistas, absolutamente rejeitada pelo português, enquanto era construída na França por François Mitterrand. Por outro lado, Portugal saía do isolamento de “50 anos de colonialismo e fascismo” para uma “agressiva política de abertura”. A aproximação com os socialdemocratas europeus, principalmente os alemães, teria sido um dos fatores para impedir “a vitória definitiva do comunismo ligado à Rússia”.⁴⁰

Os repertórios de mobilização social foram filtrados na forma de projetos políticos que balizaram as negociações em torno de uma transição moderada e sob a inspiração de um ideário ocidental. Uma projeção que ganhou influência sobre os setores majoritários da oposição brasileira, tendo Portugal como um ponto de contato estratégico a partir de 1976. A breve janela de futuro aberta em Lisboa apontava para uma transição pactuada. Como sugere Guy Hermet (2001), as transições são “um espaço de tempo inscrito entre regimes políticos de tipos diferentes”, daí que uma transição política não seja necessariamente uma transição “democrática”. Além disso, “sabe-se muito bem que nem todas as passagens para a democracia se processam de maneira democrática”, envolvendo intensas disputas em que dinâmicas políticas internas são influenciadas por ideias e movimentações que extrapolam suas fronteiras. Entre um golpe que parecia sob controle das forças políticas dominantes, o temor de uma revolução que abria horizontes incertos e uma transição negociada, a revolução portuguesa estimulou a construção de possíveis cenários para o futuro do Brasil ainda sob uma Ditadura Militar.

Sabe-se que no início de 1978 chegou a Lisboa um novo exilado brasileiro. Leonel Brizola travava intensos contatos com Mario Soares e a Internacional Socialista. Para o antigo adversário de Carlos Lacerda, Portugal começava a sinalizar outras e distintas perspectivas. O futuro entrevisto pela janela lusitana ganhava novos contornos, com marcada influência em nosso tempo presente.

Referências

- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*. v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- AUGUSTO, Cláudio de Farias. *A revolução portuguesa*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, p. 1-15, 1995.
- BRUNEAU, Thomas C. As dimensões internacionais da Revolução Portuguesa: apoios e constrangimentos no estabelecimento da democracia. *Análise Social*, v. 18, n. 72/74, p. 885-896, 1982.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1964-1982)*, vol. 3. São Paulo: Difel, 1982.
- CHALOUB, Jorge. O Liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados*, v. 61, n. 4, p. 385-428, 2018.
- CHAVES, Wanderson da Silva; CATTAL, Júlio Barnez Pignata. “Transição política” e ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais. *Revista Brasileira de História*, v. 39, n. 82, p. 199-219, 2019.
- FREIRE, Américo. Depois de abril: brasileiros suspeitos em Portugal. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal de Menezes (org.). *Depois dos cravos: liberdades e independências*. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2017. p. 59-80
- GÓES, Walder de. *Revolução em Portugal*. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- GOMES, Pedro Marques. O Jornal Novo, A Revolução e a Liberdade de Imprensa. *Media & Jornalismo*, v. 12, n. 23, p. 95-118, 2013.
- GOMES, Pedro Marques. Por uma Informação ao serviço do processo revolucionário: o caso dos 24 do Diário de Notícias na revolução portuguesa. *Tempo e Argumento*, v. 11, n. 28, p. 261-292, 2019.
- GRINBERG, Lucia. O Estado Novo da UDN: memórias da vida política partidária na Coluna do Castello. *Acervo*, v. 27, n. 1, p. 121-136, 2014.
- HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de. (org.) *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 13-43
- KIELING, Camila Garcia. Como se escreve liberdade? Narrativas sobre a revolução de 25 de Abril de 1974 na imprensa brasileira. *Comunicação e Sociedade*, n. 34, p. 343-365, 2018.
- LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- LACERDA, Carlos. Ao Leitor. In: SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974. p. 5-12
- MARQUES, Teresa Cristina Schneider. O exílio e as transformações de repertórios de ação coletiva: a esquerda brasileira no Chile e na França (1968-1978). *Dados*, v. 60, n. 1, p. 239-279, 2017.
- MARTINHO, Francisco Palomanes. Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil: repercussões da direita portuguesa na Ditadura Militar (1968-1974). *Varia Historia*, v. 35, n. 68, p. 631-660, 2019.
- MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MOTTA, Cezar. *Até a última página: uma história do Jornal do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, n. 80, p. 41-58, 2014.
- REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos livros, 2007.
- RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil: história e memória*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- RODRIGUES, Luís Nuno. Antônio de Spínola no exílio: a estadia no Brasil. *História* (São Paulo), v. 33, n. 1, p. 66-96, jan. 2014.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 5, n. 10, p. 75-93, 2012.

SECCO, Lincoln. A revolução dos cravos: a dinâmica militar. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, p. 365-376, 2013

SPÍNOLA, Antônio de. *Portugal e o futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Nova Iorque: Random House, 1978.

VARELA, Raquel Carneira. Cunhal não foi Carrillo? Estratégia e tática do Partido Comunista Português durante a crise revolucionária de 1975. *Hispania*, v. 72, n. 242, p. 669-698, 2012.

Notas

¹ INFORME JB. Lance Livre. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 4, p. A10, 12 abril 1974.

² CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: Novos ares em Portugal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 83, n. 333, p. A4, 11 março 1974.

³ CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: A libertação de Portugal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 18, p. A4, 26 abril 1974.

⁴ Lacerda diz que Spínola democratizará Portugal. Portugal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 18, p. A9, 26 abril 1974.

⁵ CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: Os problemas da censura. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 19, p. A4, 27 abril 1974.

⁶ CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: Lideranças naturais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 26, p. A4, 4 maio 1974d.

⁷ Portugal, o despertar da liberdade. Especial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 27, p. D2, 5 maio 1974.

⁸ Carlos Lacerda, a serenidade aos 60 anos. Caderno B. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 23, p. B10, 1 maio 1974.

⁹ África e o futuro. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 22, p. A6, 30 abril 1974.

¹⁰ SILVEIRA, José. Portugal na hora da verdade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 22, p. A8, 30 abril 1974a.

¹¹ SILVEIRA, José. Uma revolução original. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 25, p. A2, 3 maio 1974b.

¹² SILVEIRA, José. Portugal celebra revolução elegendo Assembleia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 17, p. A9, 25 abril 1975.

¹³ GÓES, Walder de. A derrota dos partidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 175, p. A8, 30 setembro 1974.

¹⁴ Escolha atlântica. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 83, n. 325, p. A6, 3 março 1974.

¹⁵ Processo português. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 335, p. A6, 13 março 1975.

¹⁶ Ordem viável. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 338, p. A6, 16 março 1975.

¹⁷ Autocracia de esquerda. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 340, p. A6, 18 março 1975.

¹⁸ NETTO, Araújo. Decidir antes que planejar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 337, p. A8, 15 março 1975.

¹⁹ NETTO, Araújo. Costa Gomes anuncia etapa de austeridade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 340, p. A8, 18 março 1975.

²⁰ CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: Da subversão e da repressão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 295, p. A4, 30 janeiro 1975.

²¹ CASTELLO BRANCO, Carlos. Coluna do Castelo: As palavras definitivas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 341, p. A4, 19 março 1975.

²² Portugal problemático. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 344, p. A6, 22 março 1975.

²³ HELENA, Arcelina. A revolução como artigo de consumo. Caderno B. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 142, p. B10, 28 agosto 1975.

- ²⁴ HELENA, Arcelina. Ser mulher em Portugal. Caderno B. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 295, p. B1, 30 janeiro 1976.
- ²⁵ Caminho autocrático. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 1, p. A6, 9 abril 1975.
- ²⁶ No limiar dos soviets. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 43, p. A6, 21 maio 1975.
- ²⁷ Imprensa e República. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 44, p. A6, 22 maio 1975.
- ²⁸ GÔES, Walder de. Jornal espera agora a justiça. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 47, p. A16, 25 maio 1975.
- ²⁹ Debate incoerente. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 50, p. A6, 28 maio 1975.
- ³⁰ SIQUEIRA, Maria Teresa. Multidão em Lisboa festeja 25 de abril. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 18, p. A12, 26 abril 1975.
- ³¹ Resposta eleitoral. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 19, p. A6, 27 abril 1975.
- ³² Lições portuguesas. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 20, p. A6, 28 abril 1975.
- ³³ Definição em Portugal. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 232, p. A6, 26 novembro 1975.
- ³⁴ Golpe comunista. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 234, p. A6, 28 novembro 1975.
- ³⁵ HELENA, Arcelina. Lisboa sob estado de sítio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 233, p. A10, 27 novembro 1975.
- ³⁶ HELENA, Arcelina. Futuro incerto para a imprensa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 234, p. A10, 28 novembro 1975.
- ³⁷ Regra de ouro. Editorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 86, n. 234, p. A10, 28 novembro 1976.
- ³⁸ HELENA, Arcelina. Estabilidade rende dividendos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 305, p. A10, 9 fevereiro 1976.
- ³⁹ HELENA, Arcelina. Socialismo, palavra em jogo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 320, p. A10, 24 fevereiro 1976.
- ⁴⁰ HELENA, Arcelina. Portugal de volta à Europa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 85, n. 344, p. Especial 1, 21 março 1976.

Recebido: 20/12/2023

Aprovado: 30/11/2024